



Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO



Protocolo Geral

-22-Abr-2010-14:32-00667-2/2

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR

MENSAGEM Nº 057/2010

Senhor Presidente,

Senhores vereadores,

Encaminhamos para apreciação dos nobres edis, incluso Projeto de Lei que visa a alterar dispositivos na Lei nº 3.338, de 09 de março de 2010, que dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e dá outras providências.

O objetivo de tais adequações é atender as recomendações da Comissão Intergestora Bipartite, efetuada através do Ofício nº 142/2009 – CIB/PR, que estabelece prazo para referidas adaptações até 1º de maio do corrente ano, em conformidade com a Resolução nº 116/2006 do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e de Eleição do Conselho Tutelar.

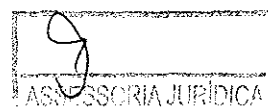
O CONANDA orienta para que as leis que dispõem sobre a criação dos conselhos municipais de assistência social não descrevam quais as entidades que comporão os referidos conselhos mas somente limite o número, uma vez que as entidades serão definidas por ocasião das conferências municipais.

Importante considerar que a Lei que ora se busca alterar, necessita de algumas adequações, as quais são fundamentais para que o andamento do Conselho não fique em desconformidade com o estabelecido.

Em razão disso, apresentamos o anexo Projeto de Lei e rogamos pela compreensão dos nobres membros do Parlamento Municipal, para aprovação da matéria.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, 19 de abril de 2010.


ROBERTO VIGANO
Prefeito Municipal





Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO



Revogar a lei

nº 1014/1991

Oli

PROJETO DE LEI Nº 77/2010

Altera dispositivos do Art. 9º, da Lei nº 3.338, de 09 de março de 2010, que dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente dá outras providências.

Art. 1.º Altera dispositivos do Art. 9º da Lei nº 3.338, de 09 de março de 2010, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente é composto por 14 (quatorze) membros efetivos e suplentes, em igual número, observada a composição paritária de seus membros nos termos do artigo 88, inciso II, da Lei nº 8.069/90, nos seguintes termos:

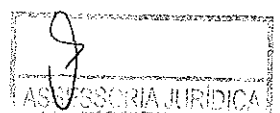
§ 1º Os representantes do Poder Público Municipal serão escolhidos dentre pessoas que detenham poder de decisão no âmbito de cada Secretaria ou Departamento Municipal, responsável pelos setores de: educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer, planejamento e finanças, serão indicados mediante Decreto do Prefeito Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar de sua posse.

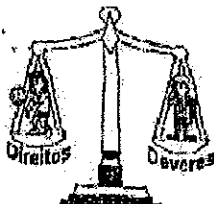
§ 2º As manifestações e votos dos representantes do governo vinculam à administração pública.

§ 3º Os representantes de organizações da sociedade civil serão escolhidos pelo voto das entidades não-governamentais de defesa e de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, associações comunitárias rurais, associações de bairro, clubes de serviço, representantes dos colegiados das escolas públicas e particulares e outras entidades representativas da sociedade civil, com sede no Município e existência mínima de um ano, reunidas em assembléia convocada pelo Prefeito Municipal, mediante edital publicado na imprensa e/ou afixado em locais de amplo acesso do público, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da vigência desta Lei, sendo que a assembléia deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação do edital.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


ROBERTO VIGANÓ
Prefeito Municipal





Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lei Federal nº 8.069 de Lei Municipal nº 1.014 de 04-03-91 e
Artigo 219 da Lei Orgânica do Município de Pato Branco
CNPJ 80.872.617/0001-36



Ofício nº 008/2010

Pato Branco, 13 de abril de 2010.

Excelentíssimo Senhor

Atendendo recomendações da Comissão Intergestora Bipartite, através de Ofício nº. 142/2009 – CIB/PR, encaminhado a Sra. Neuza A. Viganó - Secretária Municipal de Ação Social e Cidadania do Município de Pato Branco, com prazo de adequação até 01/05/2010 e em conformidade com a Resolução nº 116/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) solicitamos a alteração da Lei nº 3.338 de 09/03/2010, referente à criação do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e de Eleição do Conselho Tutelar. Sendo, que a redação do Artigo 9º passa a suprimir a identificação das entidades que comporão o Conselho, conforme descrito a seguir:

Art 9º – O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente é composto por catorze (14) membros efetivos e suplentes em igual número, observada a composição paritária de seus membros nos termos do artigo 88, inciso II, da Lei nº 8.069/90, nos seguintes termos:

§ 1º. Os representantes do Poder Público Municipal serão escolhidos dentre pessoas que detenham poder de decisão no âmbito de cada Secretaria ou Departamento Municipal responsável pelos setores de: educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer, planejamento e finanças, serão indicados mediante decreto do Prefeito Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar de sua posse.

§ 2º. As manifestações e votos dos representantes do governo vinculam a administração pública.

§ 3º. Os representantes de organizações da sociedade civil serão escolhidos pelo voto das entidades não - governamentais de defesa e de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, associações comunitárias rurais, associações de bairro, clubes de serviço, representantes dos colegiados das escolas públicas e particulares e outras entidades representativas da sociedade civil, com sede no Município e existência mínima de um ano, reunidas em assembléia convocada pelo Prefeito Municipal, mediante edital publicado na imprensa e/ou afixado em locais de amplo acesso do público, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da vigência desta Lei, sendo que a assembléia deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação do edital.

Os parágrafos 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º e 10º, permanecem com a mesma redação. -
Respeitosamente.

Ivete F. Lakmiu
Ivete F. lakmiu
Presidente CMDDCA

Exmo. Sr
Roberto Salvador Viganó
Prefeito Municipal
Pato Branco - PR



Câmara Municipal de Pato Branco

Sede Administrativa: Carlos Almeida



Ao Excelentíssimo Senhor Laurindo Cesa
Presidente da Câmara de Vereadores de Pato Branco

Pato Branco, 27 de abril de 2010.

PARECER JURÍDICO **Projeto de Lei nº 77/2010**

O Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 57/2010, propôs o projeto de lei em epígrafe numerado, que tem por finalidade alterar a redação da Lei Municipal nº 3.338/2010, que dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

O projeto de lei visa alterar especificamente a redação do art. 9º, da Lei Municipal nº 3.338/2010, que apresenta a seguinte redação:

Art. 9º O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente é composto por 14 (quatorze) membros efetivos e suplentes em igual número, observada a composição paritária de seus membros, nos termos do artigo 88, inciso II, da Lei nº 8.069/90 nos seguintes termos:

I. Titular - Um representante do Executivo Municipal.

Suplente - Um representante do Conselho Municipal de Assistência Social.

II. Titular - Um representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer ou órgão que vier a sucedê-lo.

Suplente - Um representante do Departamento de Educação.

III. Titular - Um representante da Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania ou o órgão que vier a sucedê-lo.

Suplente - Um representante da Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania.

IV. Titular - Um representante da Secretaria Municipal de Saúde.

Suplente - Um representante da Secretaria Municipal de Saúde.

V. Titular - Um representante do COMEM - Conselho Municipal de Entorpecentes.

Suplente - Um representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

VI. Titular - Um representante do Núcleo Regional de Educação.

Suplente - Um representante do Núcleo Regional de Educação.

VII. Titular - Um representante da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Suplente - Um representante da Secretaria Municipal de Finanças.

Rua Araribóia, 491 - Caixa Postal, 111 - 85505-030 - Pato Branco - PR
Telefax: (46) 3224-2243 - www.camarapatobranco.com.br



Câmara Municipal de Pato Branco

Sede Administrativa: Carlos Almeida



VIII. Titular - Um representante da Pastoral da Criança.

Suplente - Um representante do SESC/PR – Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Paraná - Regional de Pato Branco.

IX. Titular - Um representante da Associação de Pais e Amigos de Excepcionais – APAE.

Suplente - Um representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.

X. Titular - Um representante das Associações de Pais, Mestres e Funcionários das Escolas da Rede Pública.

Suplente - Um representante das Associações de Pais, Mestres e Funcionários das Escolas da Rede Privada.

XI. Titular - Um representante do Clube da Imprensa.

Suplente - Um representante do Sindicato dos Jornalistas Profissionais Regional de Pato Branco.

XII. Titular - Um representante da Fundação Pato-branquense do Bem Estar - FUNDABEM.

Suplente - Um representante da União de Bairros de Pato Branco.

XIII. Titular - Um representante das Entidades Religiosas do Município de Pato Branco.

Suplente - Um representante das Entidades Religiosas do Município de Pato Branco.

XIV. Titular - Um representante dos Clubes de Serviço.

Suplente - Um representante do Conselho Regional de Psicologia do Município.

§ 1º Os representantes do Poder Público Municipal serão escolhidos dentre pessoas que detenham poder de decisão no âmbito de cada Secretaria ou Departamento Municipal responsável pelos setores de: educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer, planejamento e finanças e serão indicados mediante decreto do Prefeito Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar de sua posse.

§ 2º As manifestações e votos dos representantes do governo vinculam a administração pública.

§ 3º Os representantes de organizações da sociedade civil serão escolhidos pelo voto das entidades não-governamentais de defesa e de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, associações comunitárias rurais, associações de bairro, clubes de serviço, representantes dos colegiados das escolas públicas e particulares e outras entidades representativas da sociedade civil, com sede no Município e existência mínima de um ano, reunidas em assembléia convocada pelo Prefeito Municipal, mediante edital publicado na imprensa e/ou afixado em locais de amplo acesso do público, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da vigência desta Lei, sendo que a



Câmara Municipal de Pato Branco

Sede Administrativa: Carlos Almeida



assembléia deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação do edital.

Percebe-se que se confrontada a redação do projeto com a redação da lei original não há qualquer alteração nem do *caput*, nem dos parágrafos 1º, 2º e 3º.

O que se pretende com o projeto de lei em análise é apenas a supressão dos incisos I a XIV, atendendo recomendações da Comissão Intergestora Bipartite, conforme se vê da cópia do Ofício anexo ao projeto de lei, cumprindo, segundo referido Ofício, ao disposto na Resolução nº 116/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

A análise jurídica do mérito da Lei nº 3.338/2010 já foi feita no bojo do respectivo projeto de lei, motivo pelo qual, para não se tornar repetitivo, reportamo-nos aos fundamentos lá expostos para embasar eventual questão jurídica a ser analisada.

Cabe, aqui, apenas uma análise de jurídica do procedimento do projeto, de sorte que o mérito propriamente deve ficar a cargo dos vereadores, em discussão e votação do referido.

Sem delongas, é o parecer favorável.


Luciano Beltrame
Procurador Legislativo


José Renato Monteiro do Rosário
Assessor Jurídico



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 77/2010

A Comissão de Justiça e Redação reuniu-se para análise ao Projeto de Lei nº 77/2010. Altera dispositivos do Art. 9º, da Lei nº 3.338, de 09 de março de 2010, que dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente dá outras providências.

O Projeto de Lei em questão visa extinção dos incisos I a XIV do Art. 9º, atendendo recomendações da Comissão Intergestora Bipartite, cópia do Ofício em anexo ao Projeto de Lei, que solicita a adequação do disposto na Resolução nº 116/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

Em síntese o **CONANDA** orienta para que as leis que dispõem sobre a criação dos Conselhos Municipais não descrevam quais as entidades que comporão os referidos Conselhos, mas somente limitem o número, uma vez que as entidades serão definidas por ocasião das Conferências Municipais.

Após análise da matéria a Comissão de Justiça e Redação emitiu **PARECER FAVORÁVEL**, à tramitação do presente Projeto de Lei.

É o parecer, SALVO MELHOR JUÍZO
Pato Branco, 21 de junho de 2010.


Claudemir Zanco - PPS
Presidente


Arilde Terezinha Brum Longhi - PRB
Relatora


Valmir Tasca - DEM - Membro



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR

Protocolo Geral - 22-Jun-2010-15:41-007267-1/1

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 77/2010

O Executivo Municipal através do Projeto de Lei nº 77/2010 tem por objetivo alterar dispositivos do Art. 9º, da Lei nº 3.338, de 09 de março de 2010, que dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e dá outras providências.

O que se pretende com o projeto de lei em análise é apenas a supressão dos incisos I e XIV, atendendo recomendações da Comissão Intergestora Bipartite, conforme se vê da cópia do Ofício anexo ao projeto de lei, cumprindo, segundo referido Ofício, ao disposto na Resolução nº 116/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

Pelo interesse público e pela sua legalidade, após a análise optamos por exarar **PARECER FAVORÁVEL**, à sua tramitação e aprovação por esta Casa de Leis.

É o nosso parecer, SMJ.

Pato Branco, 22 de junho de 2010.

Osmar Braun Sobrinho (PR) - Membro

Vilmar Maçcari (PDT) - Presidente - Relator

William Cezar Pollonio Machado (PMDB) - Membro



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 77/2010

Pretende o Executivo Municipal obter o apoio do douto Plenário desta Casa de Leis para alterar dispositivos do Art. 9º, da Lei nº 3.338 de 09 de Março de 2010, que dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e dá outras providências.

O respectivo Projeto tem caráter não orçamentário, pois visa a extinção dos incisos I a XIV do art. 9º, conforme orientação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

Após análise, emitimos **PARECER FAVORÁVEL** à tramitação e aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer, SMJ.

Pato Branco, 06 de Julho de 2010.


Guto Silva (DEM) – RELATOR


Guilherme Sebastião Silverio (PMDB)


Nelson Bertani (PDT)

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral - 12-Jul-2010-15:40-007461-1/1



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Excelentíssimo Senhor
Laurindo Cesa
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

O vereador infra-assinado, **Nelson Bertani - PDT**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, apresenta para apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis **Emenda ao Projeto de Lei nº 77/2010**, que Altera os dispositivos do Art. 9º, da Lei nº 3.338, de 09 de março de 2010, que dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Altera a Súmula do Projeto de Lei nº 77/2010, passando a vigorar com a seguinte redação:

Altera a redação do Art. 9º, da Lei nº 3.338, de 09 de março de 2010, que dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Altera a redação do Art. 1º, do Projeto de Lei nº 77/2010, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art.1º Altera a redação do Art. 9º da Lei nº 3.338, de 09 de março de 2010, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente é composto por 14 (quatorze) membros efetivos e suplentes, em igual número, observada a composição paritária de seus membros nos termos do artigo 88, inciso II, da Lei nº 8.069/90.

§ 1º Os representantes do Poder Público Municipal serão escolhidos dentre pessoas que detenham poder de decisão no âmbito de cada Secretaria ou Departamento Municipal, responsável pelos setores de: educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer, planejamento e finanças e serão indicados mediante Decreto do Prefeito Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar de sua posse.

§ 2º As manifestações e votos dos representantes do governo vinculam à administração pública.

§ 3º Os representantes de organizações não-governamentais da sociedade civil serão escolhidos pelo voto das entidades não-governamentais de defesa e de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, associações comunitárias rurais, associações de bairro, clubes de serviço, representantes dos colegiados das escolas públicas e particulares e outras entidades representativas da sociedade civil, com sede no Município e existência mínima de um ano, reunidas em assembléia convocada pelo Prefeito Municipal, mediante edital publicado na imprensa e/ou afixado em locais de amplo acesso do público, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da

APROVADO
Data 08/08/2010
Assinado: [assinatura]
CÂMARA MUNICIPAL - PATO BRANCO

APROVADO
Data 08/08/2010
Assinado: [assinatura]
CÂMARA MUNICIPAL - PATO BRANCO

Protocolo Geral

-10-Jun-2010-13:55-007170-1/2

Até
[assinatura]



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



vigência desta Lei, sendo que a assembléia deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação do edital.

~~Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.~~

Nestes termos, pede deferimento.
Pato Branco, 10 de junho de 2010.

Nelson Bertani – PDT
Vereador



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



PROJETO DE LEI Nº 77/2010

Altera a redação do art. 9º da Lei nº 3.338, de 9 de março de 2010, que dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e dá outras providências.

Art.1º Altera a redação do art. 9º da Lei nº 3.338, de 9 de março de 2010, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente é composto por 14 (quatorze) membros efetivos e suplentes, em igual número, observada a composição paritária de seus membros nos termos do inciso II do artigo 88, da Lei nº 8.069/90.

§ 1º Os representantes do Poder Público Municipal serão escolhidos dentre pessoas que detenham poder de decisão no âmbito de cada Secretaria ou Departamento Municipal, responsável pelos setores de: educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer, planejamento e finanças e serão indicados mediante Decreto do Prefeito Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar de sua posse.

§ 2º As manifestações e votos dos representantes do governo vinculam à administração pública.

§ 3º Os representantes de organizações não-governamentais da sociedade civil serão escolhidos pelo voto das entidades não-governamentais de defesa e de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, associações comunitárias rurais, associações de bairro, clubes de serviço, representantes dos colegiados das escolas públicas e particulares e outras entidades representativas da sociedade civil, com sede no Município e existência mínima de um ano, reunidas em assembléia convocada pelo Prefeito Municipal, mediante edital publicado na imprensa e/ou afixado em locais de amplo acesso do público, no prazo de até 15 (quinze) dias a contar da vigência desta Lei, sendo que a assembléia deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação do edital.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

DIÁRIO DO SUDOESTE

REDE DIÁRIOS DO PARANÁ

PATO BRANCO | SEXTA-FEIRA, 13 DE AGOSTO DE 2010 | ANO XXV | NÚMERO 4954 | EDIÇÃO REGIONAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ LEI Nº 3.432, DE 12 DE AGOSTO DE 2010

Altera a redação do art. 9º da Lei nº 3.338, de 9 de março de 2010, que dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera a redação do art. 9º da Lei nº 3.338, de 9 de março de 2010, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente é composto por 14 (quatorze) membros efetivos e suplentes, em igual número, observada a composição paritária de seus membros nos termos do inciso II do artigo 88, da Lei nº 8.069/90.

§ 1º Os representantes do Poder Público Municipal serão escolhidos dentre pessoas que detenham poder de decisão no âmbito de cada Secretaria ou Departamento Municipal, responsável pelos setores de: educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer, planejamento e finanças e serão indicados mediante Decreto do Prefeito Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar de sua posse.

§ 2º As manifestações e votos dos representantes do governo vinculam à administração pública.

§ 3º Os representantes de organizações não-governamentais da sociedade civil serão escolhidos pelo voto das entidades não-governamentais de defesa e de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, associações comunitárias rurais, associações de bairro, clubes de serviço, representantes dos colegiados das escolas públicas e particulares e outras entidades representativas da sociedade civil, com sede no Município e existência mínima de um ano, reunidas em assembleia convocada pelo Prefeito Municipal, mediante edital publicado na imprensa e/ou afixado em locais de amplo acesso do público, no prazo de até 15 (quinze) dias a contar da vigência desta Lei, sendo que a assembleia deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação do edital.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, 12 de agosto de 2010.

ROBERTO VIGANO

Prefeito Municipal



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



PROJETO DE LEI Nº 77/2010

MENSAGEM Nº: 57/2010

RECEBIDA EM: 22 de abril de 2010

Nº DO PROJETO: 77/2010

SÚMULA: Altera dispositivos da Lei nº 3338, de 9 de março de 2010, que dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e dá outras providências.

(Altera o artigo 9º, §§ 1º, 2º e 3º. O CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e de Eleição do Conselho Tutelar orienta para que as leis que dispõem sobre a criação dos conselhos municipais de assistência social não descrevam quais as entidades que comporão os referidos conselhos mas somente limite o número, uma vez que as entidades serão definidas por ocasião das conferências municipais – conselho tutelar).

AUTOR: Executivo Municipal

LEITURA EM PLENÁRIO: 22 de abril de 2010

DISTRIBUÍDO À COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO EM: 11 de junho de 2010

RELATORA: Arilde Terezinha Brum Longhi – PRB

DISTRIBUÍDO À COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM: 21 de junho de 2010

RELATOR: Vilmar Maccari – PDT

DISTRIBUÍDO À COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS EM: 23 de junho de 2010

RELATOR: Luiz Augusto Silva – DEM

VOTAÇÃO SIMPLES

PRIMEIRA VOTAÇÃO REALIZADA EM: 9 de agosto de 2010

Aprovado com 9 (nove) votos, com emendas.

Votaram a favor: Arilde Terezinha Brum Longhi – PRB, Claudemir Zanco – PPS, Guilherme Sebastião Silverio – PMDB, Luiz Augusto Silva – DEM, Nelson Bertani – PDT, Osmar Braun Sobrinho – PR, Valmir Tasca – DEM, Vilmar Maccari – PDT e William Cezar Pollonio Machado – PMDB.

Aprovado com **emendas modificativas** de autoria do Vereador Nelson Bertani – PDT

SEGUNDA VOTAÇÃO REALIZADA EM: 11 de agosto de 2010

Aprovado com 8 (oito) votos

Votaram a favor: Arilde Terezinha Brum Longhi – PRB, Claudemir Zanco – PPS, Guilherme Sebastião Silverio – PMDB, Nelson Bertani – PDT, Osmar Braun Sobrinho – PR, Valmir Tasca – DEM, Vilmar Maccari – PDT e William Cezar Pollonio Machado – PMDB.

O vereador Luiz Augusto Silva – DEM está licenciado e a Vereadora Suplente Maria Anita Guerra Machado – DEM tomará posse no dia 12 de agosto de 2010

ENVIADO AO EXECUTIVO EM: 12 de agosto de 2010

ATRAVÉS DO OFÍCIO Nº: 349/2010

Lei nº 3432, de 12 de agosto de 2010

PUBLICADA: Jornal Diário do Sudoeste – Edição nº 4954, do dia 13 de agosto de 2010